COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

N.º 18 JULHO 1987

Entrevista a J. Ramos Horta

"Não há consenso na Indonésia em como resolver o conflito de Timor-Leste"

P: *A Indonésia continua a propangandear — como é lógico numa potência colonial — que a resistência à integração há muito que acabou...*

R: Em Timor-Leste, custe embora a muita gente acreditar — até alguns amigos nossos duvidam da existência de uma Organização activa, bem implantada entre as massas, com uma força armada regular já veterana, com uma rede clandestina extremamente hábil que tem sabido iludir uma das forças de segurança mais numerosa e bem organizada do Terceiro Mundo — a resistência prossegue.

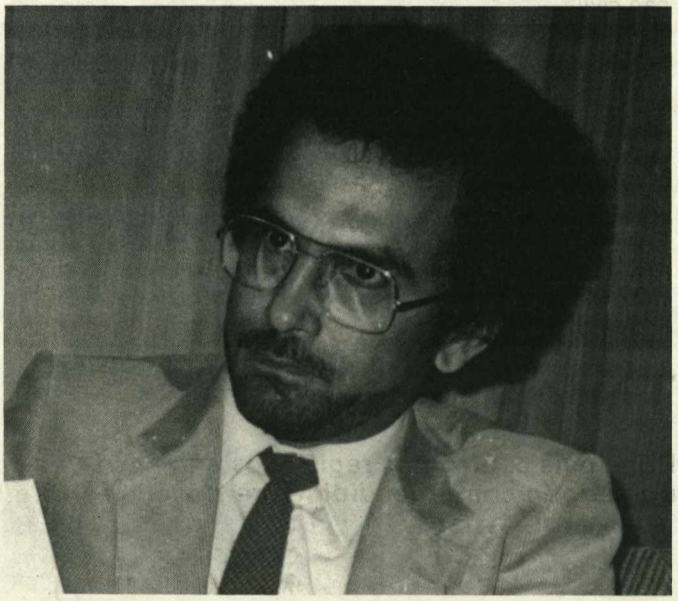
Em conferência de imprensa realizada aqui em Lisboa no dia 22 de Junho, demos a conhecer um conjunto de informações — através do nosso Gabinete de Informação — chegadas ao longo dos primeiros cinco meses deste ano e que dão um retrato bem pormenorizado dos confrontos entre as forças da Resistência e as forças indonésias.

Só no período de Novembro de 86 a Janeiro de 87, em pleno auge da "Operasi Kikis" (Operação Extinção) — Kikis é também a palavra formada pelo conjunto das primeiras letras da frase, em indonésio, *"as águias apanham a sua presa"* — os indonésios sofreram 132 baixas. Mais recentemente, em Abril e Maio, temos notícias de confrontos nas áreas de Lospalos, Same, Ossu, Betano. Em Same, por exemplo, no suco de Raimerao, os nossos guerrilheiros lançaram um ataque no dia 23 de Abril, em pleno "período eleitoral", donde resultou a morte de dois soldados indonésios e um outro ferido. E em Barique, nos fins de Maio, abatemos um helicóptero inimigo.

E se é verdade que a população de Timor-Leste aderiu à integração e aos valores da nação indonésia, porque exerceram os seus militares represálias sobre a população de Railaco acusando-a de dar protecção aos nossos combatentes e tendo, inclusivé, torturado alguns dos seus elementos para obter informações sobre os mesmos?

P: *Pela primeira vez após o golpe militar que o levou ao poder, o regime de Jacarta enfrenta sérias dificuldades económicas. Quais as suas repercussões políticas, numa altura em que, cada vez mais, se debate o problema da sucessão de Suharto na sociedade indonésia?*

R: A queda do regime de Ferdinando Marcos teve implicações imediatas na região e, particularmente, na Indonésia. A oposição, até então aterrorizada e silenciosa, começou a aprender a lição das Filipinas, onde uma movimentação popular, praticamente desarmada, fez tombar o ditador Marcos. A crise interna na Indonésia já se arrasta desde há alguns anos. Começou a ser visível com a chamada "Petição dos 50", uma carta aberta ao Presidente Suharto subscrita por 50 oficiais superiores na reserva, alguns no activo, professores, figuras religiosas, intelectuais. Entre os signatários contava-se o Gen. Dharsono, um dos heróis da guerra de



libertação da Indonésia, antigo Secretário-Geral da ASEAN, figura respeitada nos círculos dirigentes de toda a região, Europa e Washington. O Gen. Dharsono foi acusado também de incitação à violência por ter participado numa simples reunião de discussão após os sangrentos incidentes de Tanjung Priok em que morreram dezenas de activistas Muçulmanos. Julgado em Tribunal, Dharsono foi condenado a 10 anos de prisão. Sinal de força e estabilidade do regime? Ou sinal de erosão do regime, dentro do próprio sistema, descendo até às bases?

Observadores atentos da evolução política na Indonésia são de opinião de que se avizinha o fim do reinado do Gen. Suharto. O chamado *"oil boom"* dos anos 70 serviu apenas para enriquecer uma casta de militares e, sobretudo, a classe dos velhos generais associados a intermediários Chineses, uma significativa classe média surgida desse período de bonanza. Esses eram os pilares do regime. A corrupção minou a economia do país e a crise tornou-se visível ao povo com a dramática descida do preço do petróleo. Segundo o diário Australiano *Sydney Morning Herald*, a revista *FEER* e inúmeros outros estudos posteriores, a família Suharto amassou uma fortuna estimada entre 2 biliões a 3 biliões de

Neste número:

- **Entrevista a J. Ramos Horta**
- **Eleições 87: Timor-Leste, factor surpresa?**
- **Acções de solidariedade portuguesa**

dólares americanos.Com o fim do período do *"oil boom"*, a redução de gastos públicos, o cancelamento de centenas de projectos de desenvolvimento, a drástica redução de importações, retirou ao regime um dos seus pilares, a classe média. O regime está assim cada vez mais isolado: o Presidente torna-se um homem cada vez mais só. Daí que rumores sobre a sua sucessão fervilham na capital Indonésia, Tóquio, Canberra e Washington.

Segundo a revista *Insight*, uma publicação do jornal *Washington Times*, propriedade do notório Rev. Moon, muito ligado ao *Heritage Foundation*, um *think-tank* que se situa à direita do próprio Presidente Ronald Reagan, o Departamento de Estado está preocupado com á evolução da situação na Indonésia — e com a falta de uma clara estratégia de sucessão. A mesma revista revelava que duas questões preocupavam o regime do Gen. Suharto: a guerrilha em Timor-Leste *"onde as forças do movimento de esquerda FRETILIN têm amachucado as forças Indonésias"* (sic) e a situação na Papua Ocidental onde uma guerrilha contra Jacarta se arrasta há 15 anos.

Observadores atentos apresentam o seguinte cenário: a) O Gen. Suharto será reeleito para um quinto mandato de cinco anos em 1988; b) cumprirá apenas três anos; c) entretanto, a diplomacia Indonésia está a movimentar-se para que a Indonésia venha a assumir a Presidência do MNA (Movimento dos Não-Alinhados), em 1989; d) durante esse período, Suharto terá atingido a glória e um lugar na história: deixaria o poder quando também terminasse o seu mandato como Presidente do MNA; e) um grupo de oficiais superiores da geração de '50 e '60, treinados em Academias Americanas e Inglesas assumiriam o poder, talvez com maior participação civil.

No entanto, o Prof. Peter Carey, Director do Centro de Estudos Asiáticos da St. Antony's College em Oxford, prevê um desfecho mais sangrento num artigo para o *Euro-Asia Business Review*.

Para Peter Carey e vários outros especialistas da Indonésia, a natureza opressiva do regime, o qual se instaurou sobre mais de meio milhão de mortos em 1965/1966, a ausência de um sistema de sucessão legítima, institucionalizada, mesmo que não necessariamente democrática, vai causar o caos que desembocará em violência generalizada.

P: *E quais as implicações para o problema de Timor-Leste da situação económica e política que se vive actualmente na Indonésia?*

R: Não existe hoje consenso na Indonésia em como resolver a questão. Há os duros que acreditam numa solução militar. Empenharam as suas carreiras, o seu prestígio em Timor-Leste. Foram demasiado longe para poderem voltar atrás. Há também aqueles que têm tirado grossos proveitos da guerra, aqueles que embolsaram milhões à custa da máquina militar e dos orçamentos da administração assim como da ajuda internacional. Estes não estão interessados numa solução a curto prazo.

Contudo, há alguns, especialmente nos sectores económicos do governo e no MNE, que têm uma maior percepção das dificuldades em que se encontra actualmente a Indonésia. Estas pessoas gostariam de resolver o problema, de encontrar uma saída que conciliasse as posições da Fretilin com as dos militares.

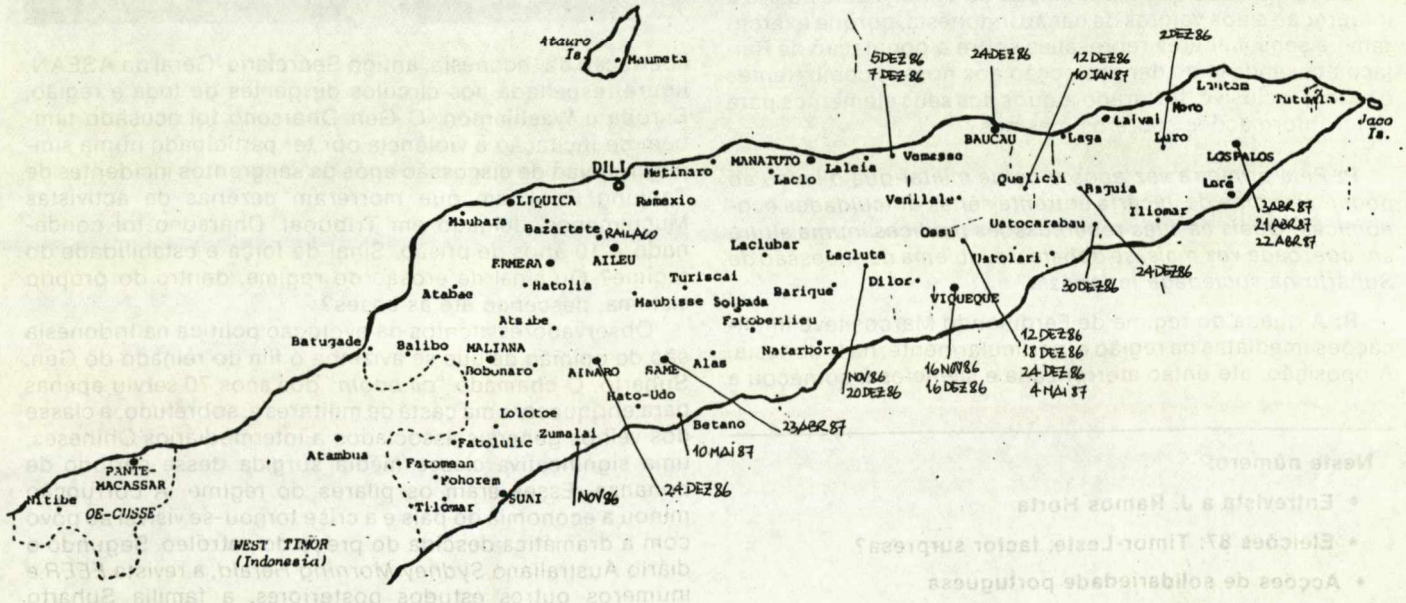
As posições da Fretilin são bem conhecidas: não esperamos resolver a questão militarmente mas a Indonésia também não o conseguirá. Só através do diálogo tal será possível. Estamos dispostos a encontrarmo-nos com os indonésios, sem condições prévias, para discutir a solução do problema. Estamos preparados para nos encontrarmos com os indonésios como timores, sem rótulos de Fretilin ou UDT, desde que não nos imponham nenhumas pré-condições.

Já foram estabelecidos contactos por personalidades, actuando a título pessoal, mas não tenho razões para duvidar que representam sectores significativos do governo indonésio.

Contudo, embora estejamos preparados para explorar, a nível restrito, hipóteses de solução, um acordo só poderá ser encontrado no âmbito das Nações Unidas. Tudo o que estamos a fazer é ajudar a definir um cenário em que seja dada uma oportunidade ao povo de Timor-Leste de dizer 'sim' ou 'não' à integração na Indonésia. □

Timor-Leste

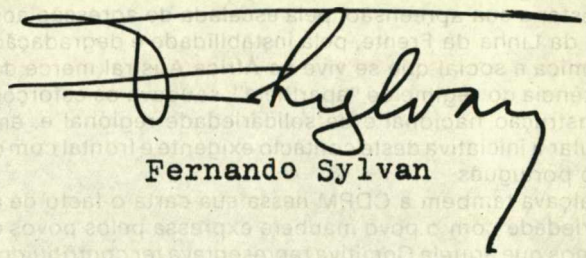
Principais confrontos registados entre as forças de Resistência e as forças de ocupação indonésias no período compreendido entre Novembro 86 e Maio 87



Fonte: Gabinete de Informação da Fretilin (G.I.F.)

Eleições 87: Timor-Leste, factor surpresa?

Pedem-me um minuto de silêncio pelos mortos mauberes.
Respondo que nem por um minuto me calarei.



Fernando Sylvan

Num período de propaganda eleitoral os partidos chamam a si os assuntos que mais cabem nos seus objectivos de médio e curto prazo. Até agora, Timor-Leste, talvez porque não cabia neste espaço temporal, não entrava na lista dos assuntos disputados entre os partidos na corrida eleitoralista. Em todos esses momentos de eleições não se familiarizaram, ou não familiarizaram a opinião pública, o suficiente para que se justificasse, nessa pressa de preparar o "mais" impactante, "perder tempo" trabalhando sobre a questão dum modo mais profundo e mais vivo.

Entre as declarações de encher a boca e os corações e o trabalhar da questão — recolhendo notícias actualizadas (junto dos representantes do povo de Timor-Leste, junto dos grupos de solidariedade), emitindo opiniões próprias, apresentando propostas que poderiam levantar interrogações e dar respostas das várias forças políticas, no poder e na oposição, e da opinião pública — ficava o espaço do mais fácil, da preguiça, do "deixa andar que está para durar".

Sempre que temos assistido a iniciativas dos dirigentes (que nunca se sabe se são mais ou menos pessoais, se fruto de discussão nos seus partidos) um pouco mais ousadas, a afirmações um pouco mais seguras assumindo a questão como sua, como nacional — e são tanto mais ousadas e seguras quando elas são ditas em terrenos "não convenientes" — pensamos que é desta que vão começar a trabalhar com princípio, meio e fim, cabeça, tronco e membros. São quase sempre surpresa, já que a seguir às declarações mais ousadas, a mornaça ou o silêncio anulam o seu efeito estimulante.

Que melhor oportunidade que esta, a das eleições, para esboçar perante os portugueses planos sobre a questão, para criar uma relação dinâmica que se complete no ir e vir, lançando perguntas ao desconhecimento e descrença das pessoas, lançando assim os partidos desafios a si próprios, à sua própria descrença e preguiça.

Nestas eleições não sabemos quem, e de que maneira, vai falar sobre Timor-Leste. É UMA SURPRESA!

Sabemos é que entretanto:

— Persiste a ocupação militar indonésia. Os assassínios, as prisões e as torturas continuam após doze anos de invasão.
— A resistência mantém-se activa controlando grandes áreas do centro e leste de Timor. O número de baixas das forças militares indonésias é elevado, estimando-se em 350 por ano.
— As organizações humanitárias de todo o mundo têm denunciado as sucessivas violações de direitos humanos.
— A instabilidade interna na Indonésia é progressiva devido ao crescente clima de tensão social, ligada à crise económica (baixa do preço do petróleo; dimimuição das exportações; aumento da dívida externa) aos gastos militares provocados pelas lutas de libertação na Papua Ocidental e em Timor-Leste e à sucessão do velho presidente Suharto.
— O Estado português continua vinculado histórica, moral e juridicamente, enquanto potência administrante, a realizar a descolonização do território de Timor-Leste.

Perante um quadro destes, e para remate, a pergunta:
— A potência administrante está a administrar? Ou administra, ora em espírito de comissão instaladora ora em espírito de comissão liquidatária, conforme convém melhor?
— SURPRESA!

Em vésperas do início da campanha eleitoral a CDPM, uma vez mais, tomou a iniciativa de se dirigir a todos os partidos, jornais e rádio divulgando a "cábula" para o "exame".

A solidariedade com Timor-Leste foi igualmente assumida pelo Movimento Cristão para a Paz (Coimbra) que efectua uma campanha de sensibilização com lançamento de um cartaz dirigido a todas as forças políticas com a pergunta"E TIMOR-LESTE?"

Partidos haverá que, sabemo-lo já e apraz-nos registá-lo, não vão deixar passar a oportunidade de atrair a atenção política portuguesa para esta questão nacional:

— O PSR dedicará parte do seu tempo de antena ao problema;
— O PPM, em telex enviado à CDPM, informou que não esquecerá as aspirações do povo de Timor-Leste e que prepara um manifesto para divulgação;
— O MDP pediu a participação do grupo cultural da Fretilin no comício-festa de 15 de Julho em Lisboa, propondo-se fazer nessa mesma data uma exposição e uma intervenção sobre a resistência maubere.

São obviamente os pequenos partidos, menos preocupados com os números absolutos de votos mas sensibilizados pelas questões sociais e/ou ideológicas de carácter nacional, que mais abertamente assumem a questão.

Outros haverá, queremos crê-lo, embora não o tendo anunciado, irão ainda fazê-lo.

O que mais nos preocupa, no entanto, é o que o tema lhes merecerá, porque meras declarações de intenção, por mais sonantes que sejam, não movem moinhos.

Irão assumir compromissos concretos, como por exemplo, o de reconhecerem os representantes políticos mauberes, Fretilin e UDT, para com eles prepararem uma estratégia diplomática com vista à autodeterminação e independência de Timor-Leste?

Ou irá esta campanha ser mais um dos muitos lapsos da política portuguesa em torno dos doze anos de resistência à agressão indonésia em Timor-Leste?

Quem esquece, cala. Quem cala, consente.

Consente as sistemáticas violações dos direitos humanos, com as prisões, as torturas, os desaparecimentos, os massacres.

Consente a esterilização involuntária das mulheres timores.

Consente as aldeias estratégicas, a fome, a doença, o silêncio imposto ao povo de Timor-Leste.

Quem cala, consente: cala a luta, consente o genocídio. □

Acções da solidariedade portuguesa

Durante a recente visita a Portugal dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, a Comissão para os Direitos do Povo Maubere entregou-lhes uma carta em que para além de manifestar a sua apreensão pela escalada de agressão aos Países da Linha da Frente, pela instabilidade e degradação económica e social que se vive na África Austral mercê da persistência do regime de "apartheid", saudava os esforços de construção nacional e de solidariedade regional e, em particular a iniciativa deste contacto exigente e frontal com o Estado português.

Realçava também a CDPM nessa sua carta o facto de a solidariedade com o povo maubere expressa pelos povos e Governos que aquela Comitiva representava ter contribuído, ao longo destes doze anos, para manter viva a causa da libertação desse heróico povo.

"Acreditamos que a afirmação clara do apoio e admiração que nos merece o povo de Timor Leste é de vital importância para a conquista de novos aliados que garantam o reforço de uma solidariedade política activa e influente, capaz de inverter uma atitude progressivamente derrotista de alguns membros da comunidade internacional.

Certos de que a luta pela autodeterminação e independência do povo de Timor Leste é para V. Exas. motivo de profundo empenhamento político, apelamos a que dela façam um continuado e firme eco em todas as ocasiões, tanto nos contactos bilaterais como no seio das organizações internacionais em que participam."

O Debate contou com a presença de representantes da UDT e da Fretilin, respectivamente Dr. Moisés do Amaral e Dr. Abílio Araújo.

Amadora

Entretanto, integrado numa iniciativa para descentralizar a discussão do problema de Timor-Leste, promoveu a Comissão para os Direitos do Povo Maubere na Amadora, com o apoio da Câmara Municipal desta cidade, uma exposição subordinada ao tema "A Terra e o Povo Maubere" patente ao público no átrio daquela instituição durante uma semana, que terminou com um Colóquio/Debate/Espectáculo na noite de 19 de Junho.

Alguns dos temas propostos pela CDPM para este Colóquio:

- Como poderá a guerrilha timor vencer o exército indonésio?
- Qual o papel da ONU nesta questão? Será positivo ou negativo?
- A independência de Timor-Leste tem ganho apoios internacionais ou caminha para um beco sem saída?
- Haverá alguma outra solução para Timor-Leste sem ser a anexação ou a independência?
- Será viável económica e politicamente um Timor-Leste independente?
- A influência da Igreja Católica em Timor-Leste é real ou forjada?
- Será possível uma alteração de poder (tipo Filipinas, por exemplo) na Indonésia?
- As iniciativas do Estado português ou dos seus órgãos de soberania, na prática, não serão mais que palavras?
- Em que pé estão as negociações **secretas** entre Portugal e a Indonésia?

Embora a afluência de cidadãos portugueses não tenha sido muito significativa, este colóquio revelou-se de particular importância e interesse devido ao elevado número de timores presentes e à sua intervenção que tornou o debate bastante vivo e que deixou bem claro o enorme número de dificuldades sociais, económicas e políticas que a comunidade timor tem de enfrentar na sociedade portuguesa com especial relevância para os problemas expostos pelos jovens.

A terminar actuou o grupo cultural da Organização Popular da Juventude de Timor (OPJT).

É intenção da CDPM realizar mais iniciativas deste tipo em colaboração com outras autarquias do País, acção essa que retomaremos a partir do próximo mês de Setembro. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas. 77-2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel.: 57 47 18/54 13 08 **Execução gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 500 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 **Assinatura anual:** 300$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094